

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES

Destaques IPADES, dezembro 2012

PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA INTERNET

Pesquisadores de várias áreas do conhecimento, bibliotecárias e especialistas em ciência da informação reuniram-se no final de outubro em eventos realizados em mais de uma centena de países para discutir os rumos do acesso aberto, expressão que engloba um conjunto de estratégias para difundir a produção científica de forma livre e gratuita por meio da internet.

Em julho, o governo do Reino Unido estabeleceu que, a partir de 2014, todos os artigos científicos que resultarem de pesquisa financiada com recursos públicos deverão estar disponíveis gratuitamente em meios eletrônicos.

A iniciativa é um marco pela magnitude da produção científica do país: quase 8% de todos os artigos publicados no mundo por ano, segundo a base de dados Thomson Reuters. A experiência poderá alterar padrões internacionais para acesso aberto.

O impacto da internet na ciência pode ser evidenciado pelos acontecimentos já ocorridos. A Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos criou em 1996 o Medline, o mais abrangente índice de literatura médica do planeta, disponível de graça na web.

A FAPESP lançou o programa ScELO, em 1997. A iniciativa hoje disponibiliza 239 publicações e gera 36 milhões de artigos baixados por mês gratuitamente. Em 1999 é rebatizado de arXiv o mais popular arquivo de preprints de artigos científicos criados em 1991. Hoje reúne 745 mil textos em matemática, física e computação, entre outros.

Em 2001 foi deflagrada a iniciativa de Acesso Aberto de Budapest, campanha mundial que propôs o acesso aberto a todas as novas publicações científicas revisadas por pares.

A PLoS Biology foi lançada em 2003 como a primeira das sete publicações mantidas pela Public Library of Science (PloS), organização criada para estimular o acesso aberto. O

Google lança o Google Scholar, ferramenta que permite pesquisar artigos científicos, trabalhos e publicações de universidades.

Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos (NIH) estabeleceram em 2008 que a base de dados Pub Med deve receber cópias de todos os artigos ligados a pesquisas financiadas pela agência.

Segundo The Development of Open Access Journal Publishing (DOA), no ranking dos países em número de revistas com acesso aberto em 2012 destacam-se: EUA 1.260; Brasil 782; Reino Unido 573; Índia 446; Espanha 423; Egito 340; Alemanha 256; Canadá 247; Romênia 241; Itália 223; Turquia 203; Colômbia 191; França 165; Irã 159; Polônia 141.

No entanto há obstáculos a serem vencidos. A editora Elsevier, que publica mais de dois mil periódicos, apoiava um projeto no Senado norte-americano que buscava reverter a política criada em 2008 pelos Institutos Nacionais de Saúde (NIH) pela qual toda pesquisa apoiada pela instituição passou a ser oferecida em acesso aberto. Cientistas de prestígio, entre os quais três matemáticos ganhadores da Medalha Fields, convocaram um boicote às revistas da editora, que acabou recuando do apoio ao projeto.

AGRICULTURA BRASILEIRA NUM MOMENTO DE INFLEXÃO

A agricultura brasileira, a partir da década de 1970, veio cada vez mais utilizando sistemas de produção com tecnologias compatíveis às condições tropicais do país, que o projetou como líder mundial nesse tipo de agricultura. Com essas inovações o Brasil tem obtido ganhos de produtividade e de preservação ambiental excepcional.

Estima-se que de 70 a 85 milhões de hectares de pastagens degradadas serão liberadas para: a) expansão da produção de grãos, energia, agricultura familiar e reflorestamento, estimada em 20 milhões de hectares; b) diversificação da matriz florestal com a incorporação de novas de novas espécies, como seringueira, castanheira etc.; c) regularização de passivos ambientais de áreas degradadas projetadas entre 35 e 40 milhões de hectares; d) constituição de unidades de conservação.

No entanto, sua expansão via inovação tecnológica está numa encruzilhada, isto porque, já está ocorrendo uma defasagem tecnológica, por falta de investimentos e de uma política

que apoie e priorize a pesquisa e a inovação, que faz com o país fique para trás nas Ciências Agrárias.

A sociedade vai às ruas e clama por segurança, transporte, educação e saúde. Sem a falta do alimento a agricultura fica de fora e não é percebida sua importância. Com base nessa força é distribuído o orçamento. Essa redução afeta a agricultura no seu conjunto, ou seja, na pesquisa, extensão rural, na defesa sanitária e no crédito rural.

O governo, independentemente da pressão popular, tem também que reconhecer e priorizar essa posição estratégica que o país desfruta no cenário mundial, qual seja, de líder mundial na pesquisa e na agricultura tropical.

Todavia o que o atual cenário demonstra é o limite dos ganhos de produtividade obtido nas últimas décadas. Atualmente, cerca de 70% de novas variedades de soja, 60% de milho e 80% de algodão vêm de programas de melhoramento genético da iniciativa de empresas multinacionais.

Também ocorre uma desintegração institucional do ambiente político que envolve e impacta o setor. Decisões-chave estão dispersas por vários ministérios. Essa fragmentação gera políticas públicas conflitantes, e muita das vezes com viés ideológico.

Observa-se que falta uma estratégia de integração e priorização por parte do Estado para o agro brasileiro. Isto pode fazer o País perder em dois sentidos. O primeiro diz respeito às posições conquistadas nas Ciências Agrárias e na produção de alimentos, energia e matéria-prima. O segundo é perder o momento histórico em que há uma demanda crescente pela produção agropecuária em nível mundial. O mundo quer o que produzimos. É hora de efetivamente o Brasil se preparar para cumprir e tirar proveito dessa missão.

CONTABILIDADE DESEQUILIBRADA

No acumulado de janeiro a agosto de 2012, enquanto a receita total do governo cresceu 1,8% em termos reais, as despesas públicas avançaram 6,5%. Isto leva o governo a utilizar artifícios fiscais para cumprir a meta de superávit primário.

Esse cenário ocorre em virtude da ampliação dos gastos sociais e investimentos públicos, também nessa rubrica, como o programa Minha Casa, Minha Vida. De outro lado, medidas

anticíclicas de estímulo à economia, calcadas em desonerações fiscais implica na perda de arrecadação.

Entre os dois extremos da conta que não fecha, o governo brasileiro vem se valendo da chamada “contabilidade criativa” para cumprir a meta de superávit primário do setor público e, com isso, apoiar a política de combate à inflação.

Basicamente, o mecanismo utilizado é a antecipação de dividendos, em operações que envolvem a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o BNDES. De janeiro a setembro (setembro com dados preliminares) deste ano já foram arrecadados R\$18,88 bilhões.

Adotada no período pré-crise de 2009, essa contabilidade – um conjunto de medidas contábeis destinadas a turbinar o resultado das receitas federais – foi intensificada recentemente, como forma de compensar o quadro de baixo crescimento econômico verificado desde 2011, e que se tornou ainda mais crítico em 2012. Segundo dados do Banco Central, divulgados agora em dezembro, o PIB brasileiro em 2012 cresce 1% e a inflação fica em 5,7%.

Isto porque a expressiva diferença entre receita e despesas reduz a capacidade do governo central de gerar superávits primários, colocando em dúvida o compromisso assumido com o Banco Central de que a meta seria integralmente cumprida, é o que demonstra o pesquisador Gabriel Leal de Barros, do IBRE – Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

Em resuma, o governo que tanto valorizou a importância da boa gestão e transparência das contas públicas vem utilizando o pagamento de juros nominais para gerar receita e aumentar o superávit primário, o que não é uma contabilidade saudável. O desenvolvimento sustentável é incompatível com políticas pautadas pelo calendário eleitoral.

COMO PORTUGAL SE PROJETOU NO MUNDO

Como um pequeno país com menos de 90 mil quilômetros quadrados marcou sua presença em cinco continentes, em regiões como África, Japão, China, Índia e Brasil? Nenhum império europeu colonial moderno foi tão duradouro e amplo. Portugal foi o primeiro construtor de um império global, embora os portugueses se denominassem reino, que

sobreviveu em grande parte até meados dos anos 1970, tendo Macau retornado à China em 1999.

A resposta vem do projeto de pesquisa **Dimensões do Império Português**, iniciado em 2004 e concluído recentemente, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

Segundo a historiadora Laura de Mello e Souza, da Universidade de São Paulo (USP), coordenadora do projeto, *“o sucesso deve-se a inovações que fogem a qualquer modelo”*. As inovações portuguesas estavam nos conhecimentos náuticos e marítimos, na relação pioneira entre centro e periferia marcada pela flexibilização do poder pelas elites locais sem que Lisboa deixasse de ser o pólo irradiador da autoridade. Bastante inovador foi também o uso da religião para a criação da unidade.

“A Igreja ofereceu um substrato adequado à efetivação prática de um grupo de dogmas e princípios, tendo nas missões religiosas o seu principal instrumento operacional para cimentar as partes da totalidade”, segundo o historiador Adone Agnolin, do núcleo Religião e Evangelização do projeto de pesquisa já mencionado.

Mas a Igreja, também deu sua contribuição para a decadência desse império ao fechar a sociedade portuguesa para os novos ares do Renascimento, do Iluminismo e do novo capitalismo surgido com a Revolução Industrial, ao mesmo tempo em que, incentivou e apoiou um das mais cruéis Inquisições.

Além da contribuição da Igreja, a decadência da hegemonia portuguesa pautou-se na própria essência da sua manutenção, ou seja, na queda do capitalismo mercantil. Isto porque houve a migração do centro de acumulação de capital para a Inglaterra com o capitalismo industrial. Entretanto, as dimensões cultural, religiosa e política estenderam a duração do império português.